

5 IRREGULARIDADES EM VIADUTO SÃO APURADAS

Ministério Público quis barrar inauguração em Aracruz; juiz negou

WESLEY RIBEIRO
wribeiro@redgazeta.com.br

O Ministério Público do Espírito Santo (MPES) investiga uma série de possíveis irregularidades com a construção do viaduto Ivany Pedrini, em Aracruz. Entre elas, a possibilidade de que os carros que passarem pela via sejam projetados em direção às casas do entorno.

O órgão ainda entrou com ação na Justiça para que suspendesse a inauguração, marcada para amanhã. O juiz André Bijos Dadalto, da Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos e Meio Ambiente, negou o pedido, após analisar o conjunto de provas apresentado pela prefeitura.

Mas o município não está isento de responsabilidade, “podendo responder futuramente pelos atos de irregularidades”, segundo a comunicação do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), a partir da decisão do juiz.

Outra irregularidade apontada pelo MPES foi a distância entre o empreendimento e os imóveis, considerada irrisória e incompatível com a privacidade e segurança dos moradores. O laudo foi reali-



FOTOS: DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE ARACRUZ



Viaduto liga duas ruas passando por cima de residências em Aracruz. Distância entre a obra e os imóveis foi considerada “irrisória” pelo Ministério Público

zado pelos Centros de Apoio de Defesa do Patrimônio (CADP), e de Defesa do Meio Ambiente (Caoa) do MPES.

INAUGURAÇÃO

A decisão de manter a inauguração amanhã foi dada ontem, após o muni-

cípio apresentar um conjunto de provas. Entre elas, a licença ambiental.

Segundo o Ministério Público, a obra desrespeita o Estatuto das Cidades e o Plano Diretor de Aracruz, sendo realizada sem aviso prévio e obrigatório Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), sem audiências públicas para debater a segurança da vizinhança da obra e sem buscar outros locais como al-

ternativa.

Eles explicam também que o espaço mínimo traz sérios riscos de acidentes que, inclusive, podem envolver a projeção de veículos sobre as casas, que já sofreram abalos na estrutura. O secretário de obras João Cleber Bianchi havia dito, em entrevista à TV Gazeta, que “o meio-fio é suficiente para, no caso de um carro sair da pista, ser aparado”.

O laudo também levou em conta que a obra vulgosa irá atender uma via de baixo volume de tráfego, visto que uma das ruas que faz ligação com o viaduto (Rua Leopoldo Barcelos Rangel) é usada apenas para acesso direto às edificações existentes na via. A prefeitura vem afirmando que o viaduto é a solução para o intenso tráfego de veículos no Centro da cidade.

ENTENDA

POR QUE A DENÚNCIA

A obra desrespeitaria o Estatuto das Cidades, Lei 10.257/01, que estabelece normas que regulam o uso da propriedade urbana e o Plano Diretor de Aracruz.

POSSÍVEIS IRREGULARIDADES

- Ausência de aviso prévio da obra, do Estudo de Impacto de Vizinhança e de audiências públicas;
- Não foi realizada busca de outros locais como alternativa de instalação;
- Distância dos imóveis é irrisória e não compatível como privacidade e segurança dos moradores;
- Risco de acidentes que podem projetar veículos sobre as casas;
- Fluxo de trânsito não justifica obra no local.

▼ MPES pediu

- Suspensão da inauguração;
- Paralisação das obras;
- Busca e apreensão do processo de contratação e execução da obra.

▼ Juiz negou ontem

- Pedido para suspender a inauguração amanhã, após analisar documentação enviada pela prefeitura
- Mas observou que o município não está isento da responsabilidade, podendo responder futuramente pelos atos de irregularidades

Justiça avalia que foi comprovada “regularidade técnica” da obra

➤ A Prefeitura de Aracruz entregou à Justiça toda a documentação emitida pelas empresas de engenharia responsáveis pela construção do viaduto Ivany Pedrini, segundo comunicação do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

Com os documentos, teria ficado comprovada a regularidade técnica do empreendimento. A prefeitura apresentou tam-

bém uma cópia da apólice de seguro referente à obra, “o que garantia a cobertura de eventuais danos causados pela construção”.

Ainda de acordo com a comunicação do TJES, baseada na decisão judicial, a metodologia utilizada tanto na execução quanto na operação do empreendimento “garante que a estrutura não transmitirá nenhum tipo de vibração e impacto para as construções vizinhas”. O

município juntou também ao processo comprovantes de que a obra possuía licenciamento ambiental.

As obras tiveram início em maio de 2015 e, segundo a prefeitura, o viaduto vai fazer uma ligação entre a Avenida Venâncio Flores e a Rua Leopoldo Rangel, duas importantes vias da região. O viaduto vai ter 100 metros de extensão e vai custar aos cofres públicos R\$ 4,3 milhões.

DEPOIMENTO DE MORADORA

“QUALQUER LEIGO CONSEGUE VER IRREGULARIDADES”

Daurimar Campagnaro
44 anos, cabeleireira

➤ “Fiquei muito feliz com a intervenção do Ministério Público Estadual. Qualquer leigo consegue ver que há irregularidades na obra do viaduto. Os carros só não vão passar literalmente em cima da

minha cabeça, mas fiquei totalmente prejudicada. Minha casa perdeu iluminação e ventilação. E, com essa proximidade do viaduto, o risco de acidentes envolvendo veículos é crescente. Demorei mais de 10 anos para construir minha casa e está ficando desvalorizado por tudo isso. Além disso, meu imóvel tem fundação para mais dois pavimentos. Pensamos no futuro, só

que agora tem um viaduto em cima da gente. Outro problema são moradores de rua e usuários de droga que já ocuparam o local de obras. Com o viaduto pronto, isso tende a ser constante. O que a prefeitura fez comigo, com nossa família e vizinhos foi uma grande falta de respeito. Tenho familiares que estão passando até mal diante dessa situação. Exigimos reparação.”